**NOTA TÉCNICA CCL/ANP 010/2015**

Dedução de Materiais nacionais incorporados a Bens e Sistemas estrangeiros construídos no Brasil sob o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural.

1. **OBJETIVO**

Esta Nota Técnica tem por objetivo subsidiar a análise das solicitações de dedução dos valores das parcelas nacionais de itens classificados como Materiais, dos valores das parcelas importadas, quando estes são incorporados a Bens e Sistemas de origem estrangeira fabricados no Brasil sob o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (REPETRO).

1. **MOTIVAÇÃO**

Após a publicação da Resolução ANP nº 19/2013, que revogou e substituiu a Resolução ANP nº 36/2007, foram recebidas por esta Coordenadoria de Conteúdo Local diversos questionamentos de fabricantes e associações de fabricantes de itens que são classificados como Materiais, conforme a Resolução ANP nº 19/2013, e são incorporados a Bens e Sistemas utilizados nas operações previstas nas tabelas de compromissos de conteúdo local. Tais questionamentos objetivam obter o posicionamento desta ANP sobre considerar ou não a dedução de tais itens quando incorporados a fornecimentos estrangeiros construídos no Brasil sob o regime do REPETRO. Desta forma, foi aberto o processo administrativo ANP nº 48610.008668/2014-57 para análise destes contornos técnicos e respectivo posicionamento desta Coordenadoria.

1. **ILUSTRAÇÃO DOS ITENS OBJETOS DE QUESTIONAMENTOS**

Os itens objetos de questionamentos, acerca da dedução de seus valores, enquadram-se na definição de Material, de acordo com a Resolução ANP nº 19/2013, e os mais relevantes são os seguintes:

* 1. **Chapas para cascos de FPSO´s e Navios-Sonda**

Os produtos siderúrgicos e, em particular as chapas de aço, têm uma relevância estratégica no cenário da siderurgia nacional, assim como no desenvolvimento do setor de petróleo e gás, conforme análise realizada pela Usiminas, em conjunto com o Instituto Aço Brasil, organização representativa deste segmento industrial (fls. 133).

Chapas de aço fabricadas pela Usiminas têm sido incorporadas em cascos de FPSO´s e Navios-Sonda. Este fabricante de aço, assim como os grupos Gerdau, Villares e Aperam, apresentaram questionamentos a esta ANP, em conjunto com o Instituto Aço Brasil (fls. 134/135) relatando a impossibilidade de incorporação dos produtos deste setor como conteúdo nacional. Ilustrações abaixo:



Entenda-se, neste caso, produtos siderúrgicos de aço como os produtos de aço fundido, conformado ou laminado, quais sejam: Placas (chapas grossas), Vigas (perfis estruturais) e Tarugos (barras, tubos sem costura).

* 1. **Estrutura do Derrick**

O Derrick é a torre de perfuração montada sobre o navio-sonda. A Estrutura do Derrick é a estrutura metálica de aço que compõe a torre. O fabricante em questão é a Aker Solutions do Brasil Ltda. que exportará fictamente a Estrutura, fabricada no Brasil, com entrega no Estaleiro Jurong Aracruz / ES, onde será montada no navio-sonda ora em construção sob o regime do REPETRO.

As certificadoras credenciadas pela ANP, ABS Group Services e RBNA Sociedade Classificadora (fls. 13 à 34v), bem como a ABESPetro – Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (fls. 49/98 e 103/117), encaminharam solicitações acerca da dedução desta Estrutura que compõe o fornecimento da Aker MH AS / Noruega. Ilustrações abaixo:



* 1. **Junta Padrão de Riser de Perfuração**

O Riser de Perfuração é uma coluna tubular com comprimento de milhares de metros, que interliga o navio-sonda à cabeça do poço durante as operações de perfuração. As Juntas Padrão de Riser de Perfuração são seções de aproximadamente 23 metros de comprimento que, após conectadas, compõem o Riser de Perfuração.

Os fabricantes em questão são a Aker Solutions do Brasil Ltda. e a National Oilwell Varco Ltda., estando também à frente do pleito a ABESPetro – Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo. O questionamento, neste caso, é similar ao descrito no item anterior e pode ser analisado às folhas 13/34v e 106/114. Ilustrações abaixo:



* 1. **Materiais para Propulsor de Navio-Sonda**

Um propulsor pode ser descrito como o conjunto motor/eixo/hélice responsável pelo deslocamento e posicionamento do navio-sonda. O fabricante em questão é a Kawasaki Heavy Industries do Japão que fornecerá propulsores para navios-sonda ora em construção sob o regime do REPETRO no Estaleiro Enseada do Paraguaçú / BA. Os primeiros propulsores serão produzidos no Japão com diversos Materiais fabricados no Brasil como caixa de engrenagem, caixa de mancal, corpo de hélice e, à medida que outros subfornecedores nacionais forem desenvolvidos, os demais propulsores passarão a ser fabricados no Brasil.

Tal consulta foi encaminhada a esta Coordenadoria pela certificadora credenciada pela ANP, Bureau Veritas – BV (fls. 42 a 48v). Ilustrações abaixo:



1. **REFERÊNCIA LEGAL**

Procurando estabelecer um posicionamento a respeito do tema, dentro do respectivo escopo regulatório, apresenta-se a seguir os dispositivos da Resolução ANP nº 19/2013 que têm relação direta ou indireta com a análise proposta.

A Resolução ANP nº 19/2013, nos incisos do seu artigo 3º, traz definições para Bem, Consumíveis, Máquina ou Equipamento, Material e Sistema:

Art. 3º. Para os fins desta Resolução, valem as definições contidas no presente artigo, sempre que os seguintes termos e expressões sejam aqui utilizados, no singular ou no plural:

I. Bem: máquinas e equipamentos utilizados nas operações previstas nas tabelas de compromissos de conteúdo local, anexas aos Contratos de Concessão, Contratos de Cessão Onerosa e Contratos de Partilha, incluindo-se nesta definição todos os itens e subitens referentes aos compromissos contratuais de conteúdo local;

VIII. Consumíveis: insumos utilizados nas operações de exploração e desenvolvimento da produção, sendo estes os seguintes: fluidos de perfuração e completação e seus componentes; cimentos, aditivos ou misturas especiais utilizados na cimentação de poços; ácidos e produtos associados a acidificação e fraturamento; produtos para atividades de *gravel pack*; químicos associados diretamente a produção durante atividades tipo TLD; explosivos; e combustíveis e

lubrificantes utilizados em sondas e Embarcações de Apoio;

XX. Máquina ou Equipamento: dispositivo (elétrico, eletrônico, mecânico, eletromecânico ou outro) que através da transmissão ou da modificação de energia que o alimenta, traz como resultado o produto objeto de sua função;

XXI. Material: Consumíveis e objetos que compõe uma obra, construção, montagem ou atividade afim, tais como: acessórios tubulares, ferramentas de poço, *containers* de habitação e tubos metálicos; excetuando-se aqueles materiais que compõem os itens e subitens de compromisso contratual de conteúdo local ( tubos metálicos usados em revestimentos, colunas de produção e dutos de escoamento; filtros; queimadores; proteção catódica);

XXIX. Sistema: Sondas Terrestres; Embarcações de Apoio; Sondas de Perfuração Marítimas e/ou seus módulos e Unidades Estacionárias de Produção (UEP) e/ou seus módulos, a exemplo: TLP, Semissubmersível, Plataforma Fixa, SPAR, FPSO, ou similares;

Também a Resolução ANP nº 19/2013, em seu anexo II – Cartilha de Conteúdo Local –, que trata dos critérios, instruções e fórmula de cálculo do conteúdo local relacionados à indústria de petróleo e gás natural, traz em seus capítulos 3, 5 e 6, respectivamente, as observações “b”, “f”, “g”:

Caso existam, os valores das parcelas nacionais de fornecimentos realizados por fabricantes nacionais poderão ser deduzidos do valor da parcela importada, tendo-se por base apenas o valor originalmente faturado pelo fabricante nacional do **Bem** exportado ou incorporado ao fornecimento estrangeiro.

Estas observações preveem a dedução do valor de Bem nacional exportado ou incorporado ao fornecimento estrangeiro.

Ainda, na Cartilha de Conteúdo Local da Resolução ANP nº 19/2013, em seus capítulos 5 e 6, respectivamente, as observações “h”, “i”:

Os Materiais inclusos no contrato objeto de certificação, adquiridos pelo fornecedor, deverão ter somente verificada a origem de sua fabricação, não sendo necessária a certificação prévia.

Outros dispositivos da Resolução ANP nº 19/2013 que necessitam ser destacados, são os artigos 11 e 12 que tratam de Materiais:

Art. 11. Todos os produtos classificados como Materiais só deverão ser certificados de acordo com a Cartilha de Conteúdo Local, constante do Anexo II desta Resolução, caso sejam adquiridos diretamente pelos operadores, e haja a necessidade de comprovação para efeito de cumprimento do conteúdo local contratual.

Art. 12. Produtos classificados como Materiais que façam parte de contratos associados a Conjuntos ou Sistemas não serão objeto de certificação.

Parágrafo único: Para os casos previstos no *caput* deste artigo deverá ser feita somente a medição destes itens através da verificação da origem de sua fabricação, e do valor constante em documentos fiscais, ou quaisquer documentos inequívocos, conforme estabelecido em capítulo específico para cálculo de conteúdo local de Conjuntos na Cartilha de Conteúdo Local, constante do Anexo II desta Resolução.

Destes dispositivos depreende-se que a referência legal existente estabelece que:

1. Materiais fabricados no Brasil e incorporados a Bens e Sistemas estrangeiros não podem ter seus valores deduzidos.
2. Materiais somente devem ser certificados se forem adquiridos diretamente pelos operadores.

Com base em tais premissas, tem-se um primeiro delineamento da necessidade de esclarecimentos acerca do tema em tela.

1. **ANÁLISE TÉCNICA DAS SOLICITAÇÕES**

 Em função das informações trazidas pelos fabricantes e associações, esta Coordenadoria de Conteúdo Local considera que a dedução do valor da parcela nacional de Material exportado ou incorporado ao fornecimento estrangeiro pode vir a promover o desenvolvimento da indústria nacional uma vez que:

1. produtos siderúrgicos, especialmente chapas de aço, exportadas e posteriormente reimportadas passarão a ter os valores de suas parcelas nacionais contabilizadas como conteúdo local;
2. fabricantes estrangeiros com alta especialização estabelecidos em outras partes do mundo e que, por questões de escala, dentre outras, dificilmente virão a implantar parques fabris completos no Brasil, poderão desenvolver subfornecedores nacionais para fabricação de partes de seus equipamentos estrangeiros;
3. fabricantes estrangeiros que pretendem instalar parques fabris no Brasil terão a possibilidade de iniciar suas atividades com o desenvolvimento de subfornecedores nacionais;
4. fabricantes multinacionais instalados no Brasil terão incentivo para exportar partes nacionais de seus equipamentos estrangeiros que, posteriormente, serão reimportados sob o regime do REPETRO; e
5. fabricantes nacionais de outros itens relevantes classificados como Materiais terão incentivo para exportar.

Por outro lado, mantendo a perspectiva crítica e imparcial, depreende-se também a possibilidade de ocorrer incentivo à produção no exterior de Bens e Sistemas com Materiais nacionais (matéria-prima brasileira). Neste caso, entretanto, faz-se necessário observar que o eventual incentivo à exportação de Materiais não nos parece significativo a ponto de fazer com que a fabricação de Bens e Sistemas passe, em função da permissão da dedução de Materiais ora em comento, a ser feita no exterior, uma vez que os compromissos de conteúdo local assumidos nos contratos de concessão, cessão onerosa e partilha certamente não seriam atingidos pelas operadoras envolvidas.

1. **ENTENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO**

Esta Coordenadoria considera que é possível obter as comprovações de origem da fabricação nacional nos processos de certificação de Materiais e entende ser aplicável a contabilização destes Materiais como parcelas nacionais no cálculo de conteúdo local de Bens e Sistemas construídos no Brasil sob o regime do REPETRO.

Adicionalmente a este entendimento, não se vislumbrou quaisquer infrações aos direitos dos agentes de mercado, haja vista que pela redação atual da Resolução ANP nº 19/2013 são vedadas as deduções relativas a Materiais que são exportados, fictamente ou não, com posterior retorno para serem incorporados a Bens ou Sistemas sob o regime do REPETRO.

Ressalte-se também que não há geração de obrigações, a não ser para os agentes de mercado que optarem por usufruir das novas condições, uma vez que a dedução em comento não é obrigatória.

Dessa forma, esta Coordenadoria, por considerar que as alterações ora propostas na Resolução ANP nº 19/2013 não restringem direitos, nem cria obrigações para os agentes de mercado, entende que a revisão em estudo pode ser efetivada; e indica a revisão do texto da referida Resolução a fim de que as deduções passem a ser permitidas.

1. **PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DO TEXTO ATUAL DA RESOLUÇÃO ANP Nº 19/2013**

Conforme já destacado no item 4 desta Nota Técnica, os artigos 11 e 12 da Resolução ANP nº 19/2013; as observações “b”, “f”, “g”, dos capítulos 3, 5 e 6 da Cartilha de Conteúdo Local; e as observações “h”, “i”, dos capítulos 5 e 6 da Cartilha de Conteúdo Local, impõem limitações à dedução dos Materiais. Portanto, propõem-se as seguintes alterações:

* 1. **Para o artigo 11 da Resolução:**

Art. 11. Os produtos classificados como Materiais deverão ser certificados de acordo com o capítulo 8 da Cartilha de Conteúdo Local, constante do Anexo II desta Resolução, caso sejam adquiridos diretamente pelos operadores, e haja a necessidade de comprovação para efeito de cumprimento do conteúdo local contratual.

Parágrafo único: Para Materiais de fabricação nacional, independentemente de quem os adquira, que venham a ser deduzidos de fornecimentos estrangeiros, incorporados a Bens e/ou Sistemas produzidos no país sob o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - Neste caso, os produtos classificados como Materiais deverão ser certificados como Bens e de acordo com os critérios de cálculo do capítulo 3 da Cartilha de Conteúdo Local.

II - O processo de certificação do Material que será deduzido do fornecimento estrangeiro, quando tratar-se de produtos siderúrgicos, deverá conter certificado de inspeção que permita a rastreabilidade do Material e a verificação da origem de sua fabricação.

III - O valor da dedução do Material será o resultante da aplicação do percentual de Conteúdo Local sobre o valor da nota fiscal de venda emitida pelo fabricante original.

IV - A dedução será realizada na ocasião da emissão do Certificado de Conteúdo Local do Bem ou Sistema produzido no país sob o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural.

* 1. **Para o artigo 12 da Resolução:**

Art. 12. Produtos classificados como Materiais que façam parte de contratos associados a Conjuntos ou Sistemas não serão objeto de certificação, a exceção dos casos descritos no artigo 11 desta Resolução.

Parágrafo único: Para os casos previstos no *caput* deste artigo deverá ser feita somente a medição destes itens através da verificação da origem de sua fabricação, e do valor constante em documentos fiscais, ou quaisquer documentos inequívocos, conforme estabelecido em capítulo específico para cálculo de conteúdo local de Conjuntos na Cartilha de Conteúdo Local, constante do Anexo II desta Resolução.

* 1. **Para as Observações “b”, “f”, “g”, dos Capítulos 3, 5 e 6 da Cartilha de Conteúdo Local:**

Caso existam, os valores das parcelas nacionais de fornecimentos realizados por fabricantes nacionais poderão ser deduzidos do valor da parcela importada, tendo-se por base apenas o valor originalmente faturado pelo fabricante nacional do item exportado ou incorporado ao fornecimento estrangeiro.

* 1. **Para as Observações “h”, “i”, dos Capítulos 5 e 6 da Cartilha de Conteúdo Local:**

Os Materiais inclusos no contrato objeto de certificação, adquiridos pelo fornecedor, deverão ter somente verificada a origem de sua fabricação, não sendo necessária a certificação prévia, a exceção dos casos descritos no artigo 11 desta Resolução.

1. **ILUSTRAÇÃO DA DINÂMICA REAL DA PROPOSTA APRESENTADA**
	1. **Chapa para cascos de FPSO´s e Navios-Sonda**

****

1. Quando for o caso, as chapas serão fabricadas por usinas brasileiras e exportadas para estaleiros no exterior onde comporão cascos de FPSO’s e Navios-Sonda;
2. conforme o inciso I do parágrafo único do artigo 11, as chapas deverão ser certificadas como Bens e de acordo com os critérios de cálculo do capítulo 3 da Cartilha de Conteúdo Local;
3. conforme o inciso II do parágrafo único do artigo 11, a certificação deverá levar em consideração a documentação (certificado de inspeção) que permita a rastreabilidade das chapas e a verificação da origem de sua fabricação;
4. conforme o inciso III do parágrafo único do artigo 11, o valor da dedução das chapas será o resultante da aplicação do percentual de conteúdo local constante no certificado de conteúdo local sobre o valor da nota fiscal de venda da chapa emitida pelo usina que a fabricou; e
5. conforme o inciso IV do parágrafo único do artigo 11, a dedução será realizada na ocasião da emissão do certificado de conteúdo local do FPSO ou Navio-Sonda produzido no Brasil sob o regime do REPETRO.
	1. **Estrutura do Derrick**

****

1. Quando for o caso, a Estrutura do Derrick será fabricada por empresa brasileira e exportada fictamente para fabricante no exterior mas com entrega física em estaleiros brasileiros, onde serão integrados a Navios-Sonda;
2. conforme o inciso I do parágrafo único do artigo 11, a Estrutura do Derrick deverá ser certificada como Bem e de acordo com os critérios de cálculo do capítulo 3 da Cartilha de Conteúdo Local;
3. conforme o inciso II do parágrafo único do artigo 11, a certificação deverá levar em consideração a documentação (certificado de inspeção) que permita a rastreabilidade dos perfis e a verificação da origem de sua fabricação;
4. conforme o inciso III do parágrafo único do artigo 11, o valor da dedução da Estrutura do Derrick será o resultante da aplicação do percentual de conteúdo local constante no certificado de conteúdo local sobre o valor da nota fiscal de venda da Estrutura do Derrick emitida pelo seu fabricante; e
5. conforme o inciso IV do parágrafo único do artigo 11, a dedução será realizada na ocasião da emissão do certificado de conteúdo local do Navio-Sonda produzido no Brasil sob o regime do REPETRO.
	1. **Junta Padrão de Riser de Perfuração**

****

1. Quando for o caso, as Juntas Padrão de Riser de Perfuração serão fabricadas por empresas brasileiras e exportadas fictamente para fabricantes no exterior mas com entrega física em estaleiros brasileiros, onde serão integrados a Navios-Sonda;
2. conforme o inciso I do parágrafo único do artigo 11, as Juntas Padrão de Riser de Perfuração deverão ser certificadas como Bens e de acordo com os critérios de cálculo do capítulo 3 da Cartilha de Conteúdo Local;
3. conforme o inciso II do parágrafo único do artigo 11, a certificação deverá levar em consideração a documentação (certificado de inspeção) que permita a rastreabilidade dos tubos e a verificação da origem de sua fabricação;
4. conforme o inciso III do parágrafo único do artigo 11, o valor da dedução das Juntas Padrão de Riser de Perfuração será o resultante da aplicação do percentual de conteúdo local constante no certificado de conteúdo local sobre o valor da nota fiscal de venda das Juntas Padrão de Riser de Perfuração emitida pelo seu fabricante; e
5. conforme o inciso IV do parágrafo único do artigo 11, a dedução será realizada na ocasião da emissão do certificado de conteúdo local do Navio-Sonda produzido no Brasil sob o regime do REPETRO.
	1. **Materiais para Propulsor de Navio-Sonda**

****

1. Quando for o caso, os Materiais para Propulsor de Navio-Sonda serão fabricados por subfornecedores brasileiros e exportados para fabricantes no exterior, onde serão integrados ao propulsor;
2. conforme o inciso I do parágrafo único do artigo 11, os Materiais para Propulsor de Navio-Sonda deverão ser certificados como Bens e de acordo com os critérios de cálculo do capítulo 3 da Cartilha de Conteúdo Local;
3. conforme o inciso II do parágrafo único do artigo 11, a certificação, para os produtos siderúrgicos, deverá levar em consideração a documentação (certificado de inspeção) que permita a rastreabilidade e a verificação da origem de suas fabricações;
4. conforme o inciso III do parágrafo único do artigo 11, o valor da dedução dos Materiais para Propulsor de Navio-Sonda será o resultante da aplicação dos percentuais de conteúdo local constantes nos certificados de conteúdo local sobre os valores das notas fiscais de venda dos Materiais para Propulsor de Navio-Sonda emitidas pelos seus fabricantes; e
5. conforme o inciso IV do parágrafo único do artigo 11, as deduções serão realizadas na ocasião da emissão do certificado de conteúdo local do Navio-Sonda produzido no Brasil sob o regime do REPETRO.
6. **PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS A SEREM OBSERVADOS PELAS CERTIFICADORAS**

Alguns questionamentos foram realizados pelas certificadoras quando apresentada a proposta em tela. Nestes questionamentos, o aspecto confidencialidade foi abordado diante do fato de que duas certificadoras poderiam estar envolvidas em etapas distintas do processo de certificação. Contudo, a análise realizada concluiu que, em se tratando de duas certificadoras acreditadas pela ANP, não há impedimento quanto ao fornecimento de informações por parte da certificadora do Material à certificadora do Bem ou Sistema sob o regime do REPETRO.

No que diz respeito às alegações de restrições de confidencialidade estabelecidas pelo fabricante do Material, objeto da certificação para dedução futura, concluiu também a análise que, sendo a dedução de interesse do fabricante original do Material, as informações necessárias para a referida dedução deverão ser fornecidas à certificadora do Bem ou Sistema.

Sendo o objetivo deste processo identificar precisamente o valor da parcela nacional de Materiais a ser deduzida do valor de Bem ou Sistema estrangeiro fabricados no Brasil sob o regime do REPETRO, na certificação deste Bem ou Sistema os valores das parcelas nacionais a serem deduzidas deverão, quando solicitados, serem fornecidos formalmente pelas certificadoras dos Materiais à certificadora do referido Bem ou Sistema.

1. **CONCLUSÕES**

Após o equacionamento e encaminhamento a ser proposto para a situação apresentada, de dedução de parcelas nacionais de Materiais nacionais, acredita-se que as implementações sugeridas proporcionarão as necessárias adequações na regulamentação vigente em relação à referida situação, permitindo assim o aprimoramento dos mecanismos de apropriação e aferição de conteúdo local, bem como atender ao pleito dos agentes do mercado sem, entretanto, restringir direitos ou acarretar danos à Sociedade ou à Administração Pública.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2015.

 Marcelo Silva Veras Marcos Dias

Especialista em Regulação Especialista em Regulação

De acordo:

Marco Túlio Rodrigues

Chefe da Coordenadoria de Conteúdo Local